



Aprovada reforma de Estado

(fotos Carlos Kilian)

O pacote de projetos que suscitou a convocação extraordinária do Parlamento catarinense, pelo governo do Estado, teve sua apreciação e votação finalizadas nos dias 9, 10 e 11. As votações do Fundo Social e da Reforma Administrativa foram as que provocaram maiores reações, tanto dos parlamentares quanto do grande número de servidores que lotou as galerias durante os três dias.



Páginas 6 e 7



Confrontos entre manifestantes - principalmente durante apreciação dos projetos da Reforma Administrativa e o que cria o Fundo Social, na tarde do dia 11 -, foram contidos pelo corpo da guarda da Casa. O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Julio Garcia, foi forçado a suspender a sessão por 10 minutos para que os ânimos se acalmassem.

Retratos de Santa Catarina



Malha ferroviária é alternativa para o desenvolvimento

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)

Páginas 4 e 5

Começa o ano legislativo

O Legislativo inicia o período ordinário de 2005 no dia 15 de fevereiro, depois de 30 dias de convocação extraordinária. O reinício dos trabalhos acontece às 16 horas, em sessão solene, com a presença dos chefes dos outros poderes - Executivo e Judiciário - além do Tribunal de Contas e Ministério Público.

Câmaras de Vereadores

Parlamento catarinense apoia manutenção de vagas

Página 2

Leia na próxima edição o detalhamento dos principais projetos aprovados, com a relação das principais emendas acatadas e seus efeitos práticos

Comissão de Economia, Ciência, Tecnologia e as PCHs

O empenho do governo federal para diversificar a matriz energética brasileira não alterou a tradicional preferência dos investidores pelas hidrelétricas. Com a crise de energia em 2001, os projetos ganharam ainda mais visibilidade, pois a redução da disponibilidade de um insumo estratégico, como a energia elétrica, conseqüentemente leva a uma redução na atividade econômica. E essa redução acarreta grandes impactos sobre a renda e o emprego.

O potencial hidrelétrico existente a ser explorado no Brasil é da ordem de 200 mil mw/h, mais que o dobro da capacidade instalada. No entanto, concentra-se na Amazônia, distante milhares de quilômetros dos grandes centros consumidores. O grande potencial para construção de pequenas centrais hidrelétricas (PCH) está, exatamente, nas regiões Sudeste e Sul do país. Deve-se lembrar que não basta produzir, mas também transmitir essa energia, o que, inviabiliza este tipo de empreendimento em algumas regiões do país. Ou seja, é o Brasil inteiro preocupado e agindo para evitar um novo colapso de energia. Sendo assim, a utilização dos recursos hídricos deve ser considerada como fonte geradora de energia e não somente como um bem intocável.

Um dos maiores problemas dos projetos hi-

drelétricos, assim como de outras fontes de energia, é a obtenção das licenças ambientais. Ao contrário das termoeletricas, que são construídas em grandes centros urbanos, as hidrelétricas são instaladas em áreas afastadas, mas, em alguns casos, de preservação ambiental - o que inviabiliza a construção da usina.

A geração e distribuição de energia e o incremento, pelo Estado, de medidas de desenvolvimento econômico, como apoio e estímulo ao aproveitamento do potencial hidrelétrico, são alguns dos campos temáticos de atuação da Comissão de Economia, Ciência e Tecnologia, a qual presidiremos a partir de 15 de fevereiro. Pensando nisso, pretendemos realizar audiências públicas em todas as regiões do Estado para discutir com a população interessada quais os benefícios e as conseqüências nas regiões atingidas pelos projetos de engenharia das PCHs, o processo de concessões, os impactos ambientais e a comercialização da energia produzida.

Acreditamos que, exercendo a função legislativa e fiscalizadora da Comissão de Economia, Ciência e Tecnologia, ajudaremos a aumentar o potencial hidrelétrico das PCHs e a diminuir os impactos ambientais, tendo como prioridade o desenvolvimento sustentável da região.

Deputado Gelson Merísio (PFL)

Reforma e Democracia

Neste período de convocação extraordinária analisei os projetos da Reforma Administrativa do governo sob aspectos que considero fundamentais para a garantia da democracia. E o que esteve em debate na Alesc, além do conteúdo dos projetos em análise, foi uma visão de Estado e uma forma de fazer política. Salientei, em vários momentos, o fato de que 'os governos passam e o Estado fica'. Por isso, considero totalmente inadequadas a apreciação e votação de projetos que vão mexer profundamente na vida dos catarinenses nos próximos anos em período tão curto.

Meu mandato está centrado na defesa do Estado que eu acredito: democrático, ágil, moderno, descentralizado e participativo. O projeto de Reforma Administrativa não contempla esses aspectos, além de que as informações repassadas pelo governo à população não condizem com o verdadeiro teor dos projetos. A propalada 'valorização do servidor público', que não se faz sem a sua efetiva participação, tem gerado um clima de instabilidade e insegurança.

O governo também afirma que a reforma trará economia ao Estado. Porém, durante todo o período de tramitação do projeto, os representantes do Executivo não apontaram números concretos resultantes dessa reestruturação. Outro agravante é a série de erros jurídicos no projeto, que afrontam as

constituições Estadual e Federal, motivo pelo qual apresentei a alguns secretários estaduais, em audiência pública, documento que indica quais pontos contrariam dispositivos constitucionais. Em síntese, essa reforma representa um desmonte do Estado. Trata-se de um cheque em branco para o governador, cujo viés econômico é o de transferir serviços e recursos públicos para alguns grupos da iniciativa privada.

Além disso, o projeto do Fundo Social evidencia uma gigantesca renúncia fiscal, premia maus pagadores, em prejuízo dos municípios e dos repasses constitucionais à saúde, educação e segurança pública, para a construção de um fundo social. Como entender essa operação de abrir mão de recursos do Tesouro do Estado, retirando investimentos destas áreas em nome de um *fundo social*?

Um projeto de futuro para Santa Catarina deve ter um olhar para além das eleições de 2006, num processo realmente democrático, que inclua a participação de todos os setores da sociedade e os representantes dos municípios catarinenses. Portanto, seria democraticamente saudável que os projetos de Reforma tivessem tido a oportunidade de uma análise no período ordinário da Assembleia, com mais tempo de estudo e debate através de audiências públicas e do acompanhamento mais próximo das representações de todos os atores sociais.

Deputado Vanio dos Santos (PT)

Entidades catarinenses pedem apoio contra MP 232

Representantes de diversas entidades catarinenses que assinaram o manifesto contra a Medida Provisória 232 do governo federal, que corrige a tabela do Imposto de Renda elevando em 25% a carga tributária sobre as empresas prestadoras de serviços e, indiretamente, sobre outros segmentos, pediram apoio da Alesc ao documento.

Já aderiram ao manifesto de repúdio 62 entidades de todos os segmentos da sociedade catarinense. A MP foi editada no fim do ano passado e elevou a base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, de 32%, para 49%, para as prestadoras de serviços.

Visando fortalecer uma aliança com o Parlamento catarinense, estiveram na Alesc os presidentes e representantes da CDL (Câmara de Dirigentes Lojistas), Abigraf (Associação Brasileira da Indústria Gráfica), do CORE (Conselho Regional dos Representantes Comerciais), do CRC (Conselho Regional de Contabilidade), do CREA (Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura), do CRM (Conselho Regional de Medicina), da OAB e da Adocon/SC (Associação das Donas de Casa e Consumidores).

"Além do apoio político, buscamos a força da Alesc na divulgação do manifesto. Não suportamos mais isso. Não seremos diretamente afetados, mas sim em um segundo momento",

afirmou o presidente da CDL, Kissao Thais. Para a área da Saúde, essa tributação prejudica mais porque estão sem aumento há muito tempo e poucos planos de saúde adotarão uma nova gestão. Os representantes também reclamaram da forma como a MP foi votada, numa sessão que terminou de noite, no fim do ano, e que pegou todos de surpresa. A representante da OAB, Ângela Regina da Cunha Leal, aderiu ao manifesto com o apoio da OAB federal. "Não podemos aceitar uma MP que trará prejuízo à sociedade. Todos somos consumidores e vamos pagar o preço. A maioria dos juristas já considera a MP como inconstitucional, e além disso vários partidos políticos já entraram com uma Adin (Ação Direta de Inconstitucionalidade), para que a MP seja revista sobre a carga tributária que extrapola os limites do bom senso".

O deputado Onofre Agostini (PFL), que estava presidindo a Casa na oportunidade, informou que o PFL foi o primeiro partido a entrar com a Adin e posicionou-se contra o aumento da carga tributária para qualquer setor. "A reforma tributária enfraqueceu municípios e estados e fortaleceu a União. Ninguém reforma nada para perder, fizeram isso para arranjar dinheiro. É um absurdo o que foi feito no último dia do ano. Estão acabando com o país, vão acabar com o setor produtivo e ainda vão aumentar a sonegação", enfatizou. (DAB)

O Leitor

oleitor@alesec.sc.gov.br

Pergunte ao deputado

pergunteaodeputado@alesec.sc.gov.br

JORNAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Mesa

Presidente: Julio Garcia (PFL)

1º Vice-Presidente: Herneus de Nadal (PMDB)

2º Vice-Presidente: Djalma Berger (PSDB)

1º Secretário: Lício Mauro da Silveira (PP)

2º Secretário: Pedro Baldissera (PT)

3º Secretário: Valmir Comin (PP)

4º Secretário: José Paulo Serafim (PT)

Conselho Editorial: Carmen Leite Rovira, Cleia Maria Braganholo, Maria Ivonete Lessa, Mirela Maria Vieira e Rubens Vargas

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751

Fax: 223-7021

alnoticias@alesec.sc.gov.br

Divisão de Imprensa

Diretora: Maria Ivonete Lessa

Edição: Cleia Maria Braganholo e Mirela Maria Vieira

Coordenadora: Carmen Leite Rovira

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Redatores: Marise Ortiga Rosa, Rose Mary Paz Padilha, Mirela Maria Vieira, Rubens Vargas, Scheila Dziedzic, Tatiana Kinoshita, Carlos Agne, Graziela May Pereira, Denise Arruda Bortolon, Magda Audrey Pamplona e Tatiani Magalhães

Assessores de gabinete: Acácio Martins, Adilson Costa, Adriane Canan, Alex Santori, Andréa Leonora, Cristiane Mohr, Dayana Rampinelli, Davi Etelvino, Emanuelle Torres, Estevo Dereck, Felipe Nunes, Fernando Mattos, Iran Rosa Moraes, Ivan Pimentel, J Pacheco, Jandyr Corte Real, Luciana Pons, Celso Rodriguez, Júlio Cancellier, Kélen Bardini, Linete Martins, Lisa Mara Tontini, Lisandrea Costa, Luiz Carlos Padilha, Marcos Antônio Oliveira, Marianne C. Tillmann, Milton Alves, Moisés Madeira, Nara Cordeiro, Nícolas Stefanovich, Pedro Schmitt, Priscilla da Silva Souza, Roger Alexandre, Rosa Marinho, Ula Weiss, Valmir Matos e Vitor Santos

Relações Institucionais: Jamile Machado, Maria do Carmo Kravchychyn, Stela Martins e Luciano de C. Oliveira

Revisão: Verlaine Silveira

Diagramação e Artes: Rafael dos Santos

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Giancarlo Bortoluzzi, Jonas Lemos Campos e Solon Soares

Pesquisa e Elaboração: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas, Bruno Corrêa da Silva e Karina Azevedo das Neves

Expedição: Edna Schumacker, Soraia Marçal Boabaid e Simone Marçal Alves

Estagiários Progr. Antonieta de Barros: Suelen Regina Hilário e Rodrigo César de Araújo

AL defende vagas nas Câmaras municipais

Um grupo de suplentes de vereadores foi recebido na manhã de quinta-feira (10), pelo presidente da Assembleia Legislativa, deputado Julio Garcia (PFL). Eles solicitaram apoio do Legislativo estadual na elaboração de um manifesto que será levado a Brasília, no início da próxima semana, quando o STF (Supremo Tribunal Federal) vota a ADIN (Ação Direta de Inconstitucionalidade), elaborada por diversos partidos políticos, contra a redução no número de vereadores nas Câmaras Municipais.

A decisão do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) ocorreu através de duas resoluções que, segundo os vereadores, "foram editadas de forma intempestiva" em junho de 2004 - menos de quatro meses antes das eleições municipais. "A Constituição Federal diz que a competência exclusiva para determinar o nú-

mero de vereadores é do Poder Legislativo municipal e para nós o que vale é o que está na Constituição. O sonho de 8 mil lideranças que ficaram na suplência foi abortado", declarou Fernando Souza (PL), suplente de vereador em São José.

O presidente Julio Garcia, solidário ao movimento, designou o 1º secretário da Mesa, deputado Lício Mauro da Silveira (PP), para elaborar um manifesto do Poder Legislativo catarinense a ser encaminhado ao STF. No ano passado, Lício Mauro da Silveira teve significativa atuação no movimento pela manutenção do número de vereadores nas câmaras municipais. Os deputados Gilmar Knaesel (PSDB), Sérgio Godinho (PTB), Dionei Walter da Silva (PT) e Manoel Mota (PMDB), presentes ao encontro, também manifestaram apoio à reivindicação dos suplentes. (RMPP)



(foto Jonas Lemos Campos)

Presidente garantiu à comitiva de vereadores apoio ao pleito de manutenção das vagas

Interlegis será reativado

Diretor nacional do Interlegis - promovido pelo Senado Federal e o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) que tem o objetivo de modernizar e integrar o poder legislativo no país, através da Internet -, o senador Romeu Tuma (PFL) esteve, na quinta-feira (10), com o presidente do Legislativo, deputado Julio Garcia (PFL), para acertar a reativação do programa. No último ano, devido às obras de reforma da Casa, ele estava desativado.

O Interlegis foi criado em 1997 e integrou os 26 legislativos estaduais, o Senado, a Câmara Federal e o Tribunal de Contas da União através de uma rede privada de transmissão de voz e imagem que possibilita a realização de video-conferências. Essas instituições também estão ligadas através de um portal na Internet, onde os parlamentares do país podem cadastrar suas proposições, por exemplo, utilizando um software especificamente criado para o programa. Essas informações podem ser acessadas por qualquer pessoa. Segundo o diretor-executivo do Interlegis, Victor Guimarães Vieira, o programa surgiu pensando não apenas nas câmaras municipais do que nas assembleias. "Mas a participação das assembleias é importante porque elas têm um proximidade maior com Brasília", justificou. Em Santa Catarina, 216 municípios já ade-

raram ao programa e 156 já receberam os equipamentos (um computador, uma impressora e um dispositivo para acesso à Internet) necessários para trabalharem no programa.

A Escola do Legislativo será responsável por capacitar servidores municipais e estaduais, bem como parlamentares, especialmente os vereadores, para utilizarem o programa. "Todas as medidas trazidas pelo deputado Celestino Secco (PP) - novo presidente da Escola -, para reativar o programa terão apoio da Mesa", disse Julio Garcia. (MAP)

(foto Carlos Kilian)



Julio Garcia e o senador Romeu Tuma

Embaixador da China visita Legislativo catarinense

Rose Mary Paz Padilha

O embaixador extraordinário e plenipotenciário da República Popular da China no Brasil, Jiang Yuande, esteve na manhã de quinta-feira (10), na Assembleia Legislativa, em visita oficial ao presidente da Casa, deputado Julio Garcia (PFL).

Jiang Yuande, que cumpre roteiro por vários municípios catarinenses, visitou a Assembleia e elogiou o trabalho do Parlamento, ao acompanhar por alguns momentos a sessão plenária daquela manhã, que registrou a presença de várias categorias de servidores nas galerias para acompanhar a pauta de votação. "Essa é uma boa prova do estilo democrático e da importância do papel da Assembleia Legislativa", destacou o embaixador.

Julio Garcia agradeceu a visita e trocou presentes com o embaixador e comitiva, salien-



(foto Alberto Neves)

Jiang Yuande acompanhou um pouco dos trabalhos da Casa

tando que a Assembleia tem o papel de cooperar no intercâmbio e na parceria comercial com a China, dando continuidade ao estreitamento de laços entre os dois países. "Espero que o governador Luiz Henrique nos convide para a próxima missão à China", disse o presidente.

O deputado Gilmar Knae-

sel (PSDB), que há cinco anos esteve em missão oficial àquele país, elogiou o trabalho lá desenvolvido através das parcerias público-privadas, que começam a se tornar uma realidade no Brasil e em Santa Catarina, permitindo a realização de obras, como aeroportos e rodovias.

A China

A República Popular da China, que tem no poder o Partido Comunista, é, após a Rússia e o Canadá, o terceiro maior país do mundo em extensão, com área total de 9,5 milhões de quilômetros quadrados. É o país mais populoso do planeta, com cerca de 22% da população mundial, que totaliza 1,3 bilhão de habitantes. Existem na China 23 províncias, cinco regiões autônomas, quatro municípios diretamente subordinados ao Poder Central e duas regiões administrativas especiais. O país, que há 10 anos tinha 20% da sua população em situação de miséria quase absoluta, tem crescido a uma média de 9% ao ano e há previsões de que o seu PIB (Produto Interno Bruto) deva se tornar o segundo maior do mundo em 2016, atrás apenas do americano.

SC e a China

O Estado de Santa Catarina possui memorando e protocolo de cooperação com as províncias de Heilongjiang e Henan, que têm como objetivo, entre outros, fortalecer as relações econômicas e culturais entre os povos dessas duas províncias e Santa Catarina. Como resultado do acordo de cidades-irmãs entre Joinville (Santa Catarina) e Zhengzhou (capital de Henan), assinado em 2003, 20 jovens de Joinville foram selecionados para cursar o idioma mandarim, na Faculdade de Professores de Zhengzhou, na província de Henan.

Santa Catarina de volta

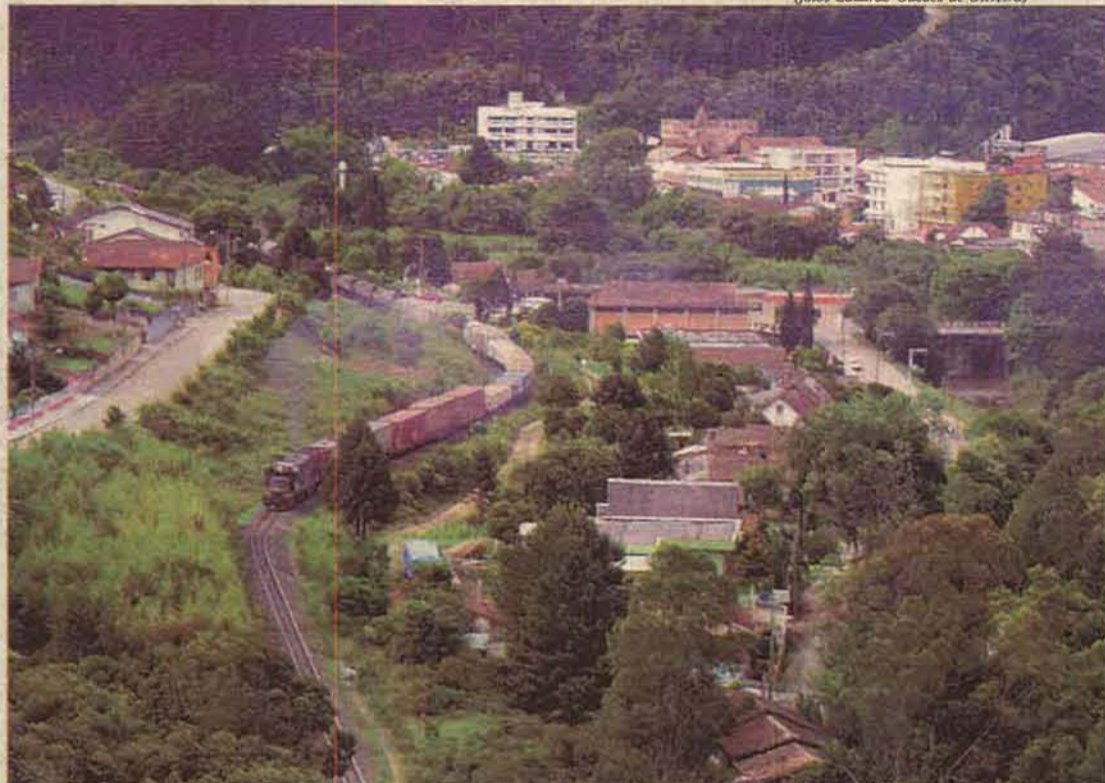
Carlos Agne

Os problemas que envolvem as rodovias no país, como a falta de recursos para investimentos em duplicação e também em recuperação, leva a sociedade e, em especial, os empresários, a uma reflexão. Este é o momento de colocar os trens da economia nos trilhos, literalmente, e apostar na reativação do transporte pelas estradas de ferro.

Há muito tempo, o melhor e mais barato sistema para o escoamento da produção, sem falar no saudoso transporte de passageiros, foi o ferroviário. Com o passar dos anos e o virtual fortalecimento dos ferroviários como sindicato, na época do governo militar, a quem assustava e não interessava o crescimento, além de vislumbrar o aquecimento do setor rodoviário, aos poucos as linhas férreas foram sendo desativadas ou privatizadas.

Hoje, com o alto custo de manutenção das rodovias, sem falar dos congestionamentos de veículos nas estradas, principalmente os de grande porte utilizado para transportes, além das inúmeras mortes que diariamente são registradas, surge um sentimento de revitalização, ou de reativamento do complexo ferroviário. No norte do Estado, em Rio Negrinho já é utilizado o transporte ferroviário para o escoamento da produção destinado à exportação. Os produtos são transportados ao porto de São Francisco do Sul e ao porto de Paranaguá (PR).

No sul, a ferrovia Tereza Cristina, que completou 120 anos, reativou o transporte do carvão e de produtos cerâmicos para exportação, pelo porto de Imbituba. Aqui existe o sonho da concretização do projeto da ferrovia litorânea. Além disso, no ano passado alguns empresários do oeste e meio-oeste catarinense estiveram na Assembléia Legislativa solicitando apoio à criação da Ferrovia do Frango. As duas sugestões já estão em análise pelo governo do Estado, faltando apenas a sinalização do Ministério dos Transportes para iniciar o projeto de engenharia. Ambos devem aguardar recursos através das Parcerias Público Privadas, as PPPs, e a mídia já anunciou o interesse de chineses e coreanos dispostos a investir no país com prioridade na implantação do sistema ferroviário nacional interligado.



No norte do Estado, o transporte de produtos agrícolas passa pelos trilhos em Rio Negrinho

Ferrovia Litorânea

Outros planos da ferrovia Tereza Cristina incluem a interligação de sua malha ao sistema ferroviário nacional. O projeto, denominado de Ferrovia Litorânea, já foi considerado economicamente viável e prevê o prolongamento da linha férrea catarinense de Imbituba a São Francisco do Sul, com 236 quilômetros de extensão, ligando os quatro portos do Estado: Laguna, Imbituba, Itajaí e São Francisco do Sul.

O coordenador do Estudo de Viabilidade do Sistema Ferroviário no Estado de Santa Catarina, engenheiro e economista Nélio Van Boekel, afirma que para construir a Ferrovia Litorânea seriam necessários cerca de R\$ 590 milhões – orçamento que inclui a construção e os materiais necessários para o seu financiamento. “Este foi o trecho mais viável para a realidade

catarinense e o que traria maior retorno, cerca de 12% ao ano”, explica.

Com a ampliação da malha, a ferrovia Tereza Cristina poderá transportar uma série de produtos, como cerâmicas, madeiras, molduras e produtos do pólo metal-mecânico, proporcionando novos corredores de transporte e a logística adequada para o escoamento da produção industrial catarinense.

Antonio Rebe...
deração das Assoc...
ais de Santa Catarin...
de transporte ferro...
nômico que o rodo...
ves para que os pro...
rovias que já existe...
Como o poder públ...
alternativa viável...
Público-privadas).

“Há pouco tes...
sos para o transpo...
vou financiamento...
que sejam adquirid...
de grãos e 100 vagô...
mestível entre Para...
de do Sul. Mas ain



Trecho da ferrovia

ALL quer ampliar sistema

Com uma grande extensão de malha ferroviária, atendendo as cidades de Lages, Mafra, Rio Negrinho, São Bento do Sul, Corupá, Jaraguá do Sul, Joinville e São Francisco do Sul, a ALL (América Latina Logística) praticamente tem o domínio do sistema em Santa Catarina. Pelas suas linhas, somente em 2003 foram movimentadas, seja com origem ou destino no Estado, 2.100 milhões de toneladas, na maior parte, soja, milho, produtos para construção, fertilizantes, florestais, siderúrgicos, trigo. A empresa anuncia que em 2004 investiu R\$ 20 milhões na manutenção e modernização da malha com a ampliação de pátios de manobra, vagões, terminais e locomotivas, bem como pretende construir dois pátios, em São Francisco do Sul e Guaramirim, para ampliar a movimentação de trens na região.

Nos últimos meses, a ALL vem fazendo grandes investimentos na sua malha do Paraná e, em contrapartida, existem trechos catarinenses temporariamente suspensos devido à baixa demanda de transporte de cargas na região da ligação Mafra/Marcelino Ramos, a chamada Ferrovia do Contestado. A movimen-

tação nesses trechos depende da forma de contratos que viabilizem a operação atualmente não existe. A ALL realizações periódicas no trecho para garantir condições de operação, mas lembra que o transporte na região já estava desativado quando assumiu a concessão. Naquela época há várias demandas de trens de turismo.

Sobre os projetos das ferrovias do Paraná e do Frango, o diretor de Relações Comunitárias da ALL, Pedro Roberto Almeida, diz que quer ferrovia que venha a ter ligação com o sul. A empresa traz boas perspectivas para o desenvolvimento do Estado, indo para uma logística cada vez mais adequada para produtos com origem ou destino em Santa Catarina. “A ALL tem total interesse na ligação. Entretanto, por ser uma concessionária, a atuação da empresa abrangendo investimentos em manutenção da malha, tecnologia, fatores que possibilitem o aumento da produção e do volume transportado. Neste modelo, é papel do governo o investimento em infra-estrutura que permitam melhorias”, salienta Almeida.



Terminal da empresa ALL, no Paraná

Fundo Social aprovado entre vaias e aplausos

Vinte e quatro parlamentares votaram favoravelmente e 14 contra o **Projeto de Lei nº 3/05**, que Institui o **Fundo Social**, destinado a financiar programas de apoio à inclusão e promoção social. A proposta recebeu cinco emendas aditivas, duas supressivas, seis modificativas e uma redacional.

O Fundo Social será capitalizado com recursos advindos, basicamente, de contribuições voluntárias incentivadas. Os contribuintes de impostos do ICMS, que estiverem em litígio tributário contra o Estado, em processos administrativos ou judiciais, poderão realizar ainda uma transação que resultará em um perdão de R\$ 2 de imposto para cada real doado ao Fundo. Este artigo foi responsável pela maioria dos discursos contrários ao projeto.

“É um prêmio aos que não pagam suas dívidas, já que terão até uma placa comemorativa em obras realizadas com o dinheiro do Fundo, pois eles terão o direito de opinar na aplicação dos recursos”, criticou o petista Paulo



Votação do Fundo dividiu os servidores que lotaram as galerias

Eccel. Os parlamentares contrários também argumentaram que a criação do Fundo deveria ser proposta através de Lei Complementar, conforme determinações da Constituição Estadual e que serão prejudicados investimentos nas áreas de educação e saúde, por exemplo, pois a arrecadação cairá. De acordo com o líder da bancada do PP, Joares Ponticelli, somente o município de Tubarão perderá R\$ 70 mil/mês com a nova lei.

O líder da bancada peemedebista, deputado deputado Manoel Mota (PMDB), argumentou que o Fundo Social permitirá que os municípios tenham ainda mais autonomia na resolução de seus projetos. “Quem tem um poder aquisitivo maior não precisa do Fundo Social, e sim a classe média e baixa. Temos um governo democrático que

investe na população”, completou.

O artigo que define o destino de 25% dos valores aportados ao Fundo, um dos mais polêmicos, recebeu emenda do líder da bancada do PFL, deputado Antônio Ceron, priorizando projetos de cidades com menor participação na distribuição do ICMS. Estes 25% serão aplicados em ações ou programas de desenvolvimento, geração de emprego e renda, inclusão e promoção social, propostos por todos os municípios catarinenses. O tucano Gilmar Knaesel (PSDB) disse que a criação do Fundo contou com a participação popular através de várias audiências públicas. “Nossa maior dificuldade é na área social e o Fundo contribuirá para que muitos projetos saiam do papel”, enfatizou. (TK)

Confira outras propostas aprovadas

Projeto de Lei Complementar nº 04/05 - transforma 141 cargos de agente de serviços gerais, do Grupo ONA (Ocupações de Nível Auxiliar), do Quadro Único de Pessoal da Administração Direta, previstos na Lei Complementar nº 81, de 10 de março de 1993, com lotação na Secretaria de Estado da Educação e Inovação e transferidos para o Quadro de Pessoal das Autarquias e Fundações, com lotação na administração do porto de São Francisco do Sul, com as seguintes especificações: 32 cargos de agente em atividades administrativas; 10 cargos de artífice I; sete cargos de artífice II; oito cargos de motorista; 15 cargos de técnico em atividades administrativas; 60 cargos de operador portuário II; um cargo de técnico em segurança do trabalho; dois cargos de técnico em informática e um cargo de analista em informática; um cargo de jornalista; um cargo de engenheiro; um cargo de advogado; um cargo de assistente social, e um cargo de psicólogo. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei Complementar correrão por conta das dotações próprias do Orçamento Geral do Estado.

Projeto de Lei nº 397/04 - autoriza o governo do Estado a avalizar a Casan (Companhia Catarinense de Águas e Saneamento) em financiamento do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), por intermédio de instituições bancárias, públicas ou privadas, no valor máximo de R\$ 200 milhões. Aprovada a emenda do deputado Reno Caramori (PP), que complementa o Artigo 1º, mantendo a ordem de prioridade dos municípios conforme estabelecido pela Lei nº 12.295/02 para execução e implementação de obras de saneamento básico.

PL nº 356/04 - autoriza o governo a contratar subempréstimo no valor máximo de 3 milhões e 591 mil dólares junto à Caixa Econômica Federal para a implementação do PNAGE/SC (Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados e do Distrito Federal). Os recursos são oriundos do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento).

PL nº 07/05 - autoriza o Estado a avalizar as Instituições de Ensino Superior de Santa Catarina, do sistema Acafe (Associação Catarinense das Fundações Educacionais), em operações de financiamento junto ao FINEP (Financiamento de Estudos e Projetos). A linha de crédito permitirá um incremento das condições de infra-estrutura para a pesquisa, capacitação de pessoal docente e administrativo, modernização e ampliação da estrutura de tecnologia de informação.

PL nº 10/05 - dispõe sobre a instituição do Sistema de Transferência de Recursos Financeiros do Fundo Estadual de Saúde aos fundos municipais de Saúde. Os recursos alocados no Fundo Estadual, destinados à cobertura dos serviços e ações de saúde a serem implementados pelos municípios, serão a estes transferidos, obedecendo a programação financeira do Estado, independente do convênio ou instrumento congêneres, mediante repasses mensais.

PLC nº 25/04 - adequa os recursos destinados à pesquisa agropecuária ao que estabelece o Artigo 193 da Constituição Estadual. O referido artigo determina a aplicação de 2% das receitas do Estado em pesquisa científica. Segundo o líder do governo, deputado João Henrique Blasi (PMDB), com a nova lei, os percentuais já aplicados em pesquisas agropecuárias passam a ser considerados para efeitos constitucionais.

PLC nº 03/05 - transforma 26 cargos vagos de provimento efetivo de analista técnico administrativo II, grupo ocupacional e ocupações de nível superior, do quadro de pessoal da administração direta. Serão ao todo cinco cargos de contador, três cargos de economista, dez cargos de auditor de Previdência e oito cargos de advogado.

PL nº 09/05 - acresce o parágrafo 3º ao Artigo 9º da Lei nº 5.684, de 9 de maio de 1990. O parágrafo determina que a licença para os serviços de fretamento de transporte de estudantes deve merecer prioridade a ater-se única e exclusivamente à questão da segurança do veículo e às leis que regulam a livre concorrência.

PL nº 15/05 - autoriza a doação de dois terrenos ao município de Florianópolis, respectivamente com 18.570 metros quadrados e 9.950 metros quadrados, em Canasvieiras, para a construção de um Centro de Eventos. A proposta recebeu emenda redacional tratando da cláusula de reversão em caso de desvio de uso.

PL nº 13/05 - autoriza concessão para uso gratuito por 20 anos, pela Associação de Voluntários de Saúde do Hospital Infantil Joana de Gusmão, de um terreno com 2.615 metros quadrados, localizado em Florianópolis. A concessão regulariza a atual ocupação do imóvel pela Associação.

Projeto de Conversão em Lei nº 25/05 - converte a Medida Provisória nº 115/05, que trata da transferência de vagas do Quadro de Praças Combatentes para o Quadro Especial de cabos e terceiros-sargentos da Polícia Militar.

PL nº 316/04 - com 24 votos a favor, o Poder Executivo fica autorizado a vender os imóveis onde estão abrigadas as secretarias de Estado da Saúde, da Infra-estrutura e Deinfra (Departamento de Infra-Estrutura) e da Educação e Inovação, no município de Florianópolis. O prédio que abriga a Secretaria da Fazenda, que constava da proposta, foi retirado através de emenda modificativa do líder do governo, João Henrique Blasi (PMDB), após debate em audiência pública no dia 26 de janeiro. Os recursos da venda só poderão ser utilizados para a ampliação do Centro Administrativo do Estado, redução do custeio, para tornar a estrutura mais eficiente e disponível.

nos trilhos

PPP é alternativa

o presidente da Facisc (Federação das Indústrias e Comércio de Produtos Industriais e Comerciais) entende que, mesmo o meio sendo até 35% mais econômico, há uma série de entraves que saiam do papel e as ferrovias não funcionam a "todo vapor". Não tem recursos, uma vez que, na maioria das vezes, são as PPPs (Parcerias Público-Privadas) que financiam o projeto.

Para os empresários da região Oeste, assim como eu, é praticamente inviável escoar a produção. Não temos como ter preços competitivos com um transporte tão caro como o rodoviário. Uma das saídas para este problema, com certeza, seria a viabilização do projeto da Ferrovia do Frango, que liga o extremo-oeste catarinense, da cidade de Dionísio Cerqueira aos portos de Itajaí e São Francisco", sugere. A malha ferroviária catarinense possui apenas 1.205 quilômetros. "A Facisc representa cerca de 20 mil empresas e 144 associações empresariais. Estivemos com os deputados estaduais e com o secretário de Infra-estrutura nos colocando à disposição para as necessárias parcerias. Estamos juntos nessa luta, não apenas para cobrar providências, mas para fazer parte desta história", enfatiza o empresário.



Estrada de ferro, em Mafra, integra um verdadeiro corredor de exportação da região



Estação de passageiros em Jaraguá do Sul



Detalhe da estrada de ferro em Rio Negrinho

Investimentos em porto estimulam diversificação

Com uma malha de 164 quilômetros de extensão, passando por 12 municípios do sul catarinense - Siderópolis, Criciúma, Forquilha, Içara, Morro da Fumaça, Urussanga, Sangão, Jaguaruna, Tubarão, Capivari de Baixo, Laguna e Imbituba -, a FTC (Ferrovia Tereza Cristina) estimula os defensores do transporte ferroviário.

Atualmente, ela faz o transporte de carvão das minas do sul do Estado até o Complexo Termelétrico Jorge Lacerda - onde está localizada a Tractebel Energia, no município de Capivari de Baixo. A empresa projeta o transporte de novas cargas, que será viabilizado com a adequação do porto de Imbituba ao embarque de contêineres e à navegação internacional. Em agosto de 2004, a FTC passou a transportar cerâmica. Até agora, já foram transportadas mais de 6.500 toneladas do produto para o porto de Imbituba, atendendo diversas empresas da região. A experiência piloto com o transporte de produtos destinados à exportação via férrea foi possível graças aos recentes investimentos feitos por aquele porto, que permitiram o atra-



Carlos Augusto Menezes

mento de navios de grande porte e longo curso. Se a fase de testes com produtos cerâmicos der resultados positivos, a ferrovia Tereza Cristina iniciará a construção de um terminal ferroviário na área interna do porto de Imbituba, favorecendo a logística para a exportação. A construção de um terminal intermodal em Içara, instalado dentro da área do projeto Cidade dos Transportes, também está entre as ações para conquistar um volume maior de cargas. Em princípio, as viagens com carregamento de produtos cerâmicos serão feitas uma vez por dia, mas podem ser aumentadas de acordo com a demanda. "Havendo mais aceitação, podemos inclusive adaptar nossos vagões para o transporte de outras cargas", destaca o gerente da Divisão Comercial da FTC, Carlos Augusto Menezes.

Passageiros

Ao invés de carro ou ônibus, por que não ir de Criciúma a Imbituba, ou de Blumenau a Itajaí, de trem? No futuro, pode ser que a população tenha esta opção. O BNDES (Banco de Desenvolvimento Econômico e Social) tem pronto um estudo que traz a retomada do transporte ferroviário regional de passageiros.

Com base nesse estudo, o Ministério dos Transportes analisou 63 trechos e selecionou 14 para licitação, visando sua reativação como transporte coletivo. Entre eles, está um trecho de 150 quilômetros correspondentes ao trajeto Itajaí-Blumenau-Rio do Sul, com investimento estimado em R\$ 74 milhões, e ainda outro, de 129 quilômetros, entre Criciúma e Imbituba, estimado em R\$ 69 milhões, em infraestrutura e equipamentos.

Para os 63 trechos, seriam necessários investimentos em torno de R\$ 800 milhões. Pelo estudo, as ligações rentáveis seriam as menores, de até 200 quilômetros, servindo cidades com mais de 100 mil habitantes. O banco encomendou o estudo à Coordenação de Pós-graduação em Engenharia da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), em 1997. O documento foi atualizado e concluído em 2001. Desde então, o BNDES tenta fazer com que o projeto saia do papel e conta com o apoio dos ministérios dos Transportes e das Cidades.

Reforma administrativa é aprovada com 82 emendas

A principal matéria da convocação extraordinária, o Projeto de Lei Complementar nº 01/05, que trata da reforma administrativa, foi aprovado com 23 votos favoráveis. A proposta foi levada a Plenário após recurso para que fosse votado o parecer contrário ao que rejeitou a matéria na Comissão de Constituição e Justiça. A matéria recebeu mais de uma centena de emendas, tendo sido acatadas 10 emendas parlamentares e outras 72 geradas a partir de sugestões de órgãos públicos e da sociedade civil - acatadas como do relator, deputado João Henrique Blasi (PMDB). As principais mudanças a partir da aprovação da reforma administrativa, de acordo com ele, são o aprimoramento do processo de descentralização, da modernização da administração pública, da possibilidade do Estado atuar em parceria através das Organizações Sociais em diversas áreas e a criação de 500 cargos comissionados a serem ocupados por servidores públicos de carreira.

Mesmo com um pro-

cesso rápido de votação, durante a discussão da matéria, diversos parlamentares de oposição criticaram alguns pontos da reforma. O deputado petista Dionei Walter da Silva e o líder do PP, deputado Joares Ponticelli, questionaram o compromisso do governo estadual com a Lei de Responsabilidade Fiscal, no que se refere à exigência da apresentação de estimativa do impacto financeiro com as mudanças e da indicação das fontes de onde sairão os recursos para cobrir estas novas despesas. "Quero que fique o registro de que estaremos aprovando um projeto com sérios problemas de descumprimento da lei. É um flagrante caso de ilegalidade", disse Dionei.

Ponticelli afirmou que, apesar de "alardeado que a reforma traria uma economia de R\$ 150 milhões por ano, na prática isso não será confirmado". Ele informou que um estudo efetuado pela liderança do PP "deixa claro que as despesas somente com cargos em comissão e funções gratificadas evoluirão dos atuais R\$ 41,3 milhões/ano para R\$ 51, 4 milhões no mesmo período". (SD)



Maioria dos parlamentares contrários reclamaram da exiguidade do tempo para apreciar a reestruturação do Estado

Criado Fundo para Plano de Saúde dos servidores públicos estaduais

Com 23 votos favoráveis e 15 contrários, o Legislativo autorizou o governo a criar o **Fundo do Plano de Saúde** dos servidores públicos estaduais, aprovando o Projeto de Lei nº 12/05. A proposta foi aprovada com emendas. O Fundo cobrirá as despesas decorrentes de atendimento médico-hospitalar, bem como dos atos necessários ao diagnóstico e ao tratamento. Segundo justificativa do secretário estadual da Administração, Marcos Vieira, os recursos para o Fundo não podem integrar a contabilidade e gestão financeira comum do Tesouro do Estado, pois se compõem de contribuições dos servidores e dos órgãos em que estão lotados.

A emenda modificativa nº 1, de autoria do líder do governo, deputado João Henrique Blasi (PMDB), trata da supervisão superior do Fundo, que passa a ser feita por um Conselho Consultivo e não mais pelo secretário da Administração, como previa o projeto em sua forma original.

Fazem parte desse Conselho representantes de várias secretarias estaduais, Assembléia Legislativa, tribunais de Justiça e de Contas, Ministério Público Estadual e ainda dois representantes dos servidores.

Quatro emendas modificativas encaminhadas pelo PT também foram aprovadas. A de nº 2 estabelece que a contribuição mensal dos participantes do Plano de Assistência à Saúde, na condição de servidores dos órgãos da administração direta, Autarquias e Fundações do Poder Executivo e dos Poderes Legislativo e Judiciário, bem como do Ministério Público, do Tribunal de Contas e pensionistas do Ipesc, em percentual sobre o total de sua remuneração, proventos ou pensão previdenciária, a ser descontado em folha de pagamento, será aprovado por lei complementar, a ser encaminhada pelo governo, após deliberação do Conselho Gestor do Fundo

de Plano de Saúde dos Servidores Públicos.

Na Emenda nº 4, pela modificação, o Conselho Gestor fica autorizado a baixar as normas complementares necessárias ao cumprimento da lei, e não mais o secretário da Administração, conforme previa o projeto original.

Em relação à Emenda nº 5, a prestação de contas da gestão financeira do Fundo será feita em cada trimestre ao Conselho Gestor e em audiência pública na Assembléia Legislativa. Ao Tribunal de Contas do Estado, a prestação de contas será feita a cada exercício.

A última emenda, a de nº 6, refere-se à operacionalização do Fundo. A elaboração dos planos de aplicação, programas e atividades que poderão ser executados com os recursos do Fundo serão submetidos ao Conselho Gestor e não mais ao secretário de Administração, como previa o projeto original. (MAP/RMPP)

PPPs serão efetivadas através de nova empresa

Por 23 votos a 15, a Assembléia autorizou o Poder Executivo a constituir empresa para os projetos de parcerias público-privadas e de concessões de serviços públicos, sob forma de sociedade anônima, denominada SC-Parcerias S/A, com capital social autorizado no valor de R\$ 1 bilhão, através do substitutivo global ao PL nº 6/05. O projeto, em sua forma original, extinguiu a Invesc, criada no governo Paulo Afonso Vieira (PMDB), e criava a Invest/SC (Santa Catarina Participações e Investimentos S/A) e foi tema de audiência pública, com diversas manifestações contrárias ao projeto.

De acordo com o autor do substitutivo, o líder do governo, deputado João Henrique Blasi (PMDB), a SC-Parcerias ficará vinculada à Secretaria de Estado do Planejamento e deverá priorizar os investimentos auto-sustentáveis que visem à duplicação de rodovias em território catarinense, à conclusão e restauração da BR-282, à exploração de concessões de rodovias, bens e utilidades públicas e à ampliação, modernização e construção de portos no território catarinense, entre outros.

As bancadas do PP e do PT fizeram encaminhamento de votação contrário ao projeto. O argumento de ambas é que houve apenas mudança de nome - de Invest/SC do projeto original para SC-Parcerias, e que o Estado vai arcar com um rombo de R\$ 800 milhões, valor da dívida deixada pela antiga Invesc.

Campanha ecumênica enfoca *Solidariedade e Paz*

A Campanha da Fraternidade de 2005 foi lançada no dia 9, em Florianópolis, pelo arcebispo da capital, dom Murilo Krieger, na Assembléia Legislativa. A campanha deste ano, cujo tema é *Solidariedade e Paz*, está sendo organizada pelo Conic (Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil), e não pela CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), como tradicionalmente acontece. Por estar sendo organizada pelo Conic, a campanha é ecumênica.

Antes do lançamento oficial da campanha, dom Murilo Krieger falou aos deputados e demais presentes no Plenário Osni Régis. Segundo o arcebispo, quem fica para a história são os que dão a vida para construir a paz. Por isso, o lema para a campanha deste ano - uma continuidade à primeira Campanha da Fraternidade Ecumênica, organizada pelo Conic, em 2000, cujo tema era *Dignidade Humana e Paz* -, é *Novo Milênio sem Exclusões*. "A Assembléia Legislativa, assim como toda a sociedade, precisa ser um multiplicador da paz, já que para alcançá-la é necessário promovermos um mutirão", comentou. "Deus abençoe o trabalho dos parlamentares para que façam o bem para a comunidade que os elegeu", completou.

O presidente da Assembléia, deputado Julio Garcia (PFL), cumprimentou Conic pelo tema da campanha. "A solidariedade e a paz são os alicerces de um mundo melhor", enfatizou.



(fotos Carlos Kilian)

Ações serão desenvolvidas em cada igreja envolvida, respeitando suas particularidades e identidades próprias

O líder do PP, deputado Joares Ponticelli, parabenizou dom Murilo por ter escolhido a Casa do Povo para o lançamento da campanha. "Gostaria de propor a dom Murilo para que, ainda no período da Quaresma, seja feita uma homenagem ao arcebispo do Rio de Janeiro, o catarinense dom Eusébio Oscar Scheid. Vamos convidar todas as lideranças das igrejas cristãs", assinalou.

O líder do PMDB, deputado João Henrique Blasi, empenhou o apoio da bancada à campanha. "Solidariedade e paz são dois valores que acabam esquecidos no dia-a-dia. Como cristão, também desejo a plena recuperação do papa João Paulo II", afirmou.

O deputado Paulo Eccel, líder da bancada petista, comentou que este tema é muito apropriado para os dias atuais, já que a violência está aumentando cada vez mais em todo o Estado. Francisco Küster (PSDB) salientou que, enquanto houver exclusão social, a paz estará distante. "Nossa grande arma para sanar a exclusão social é a solidariedade. Assim, conseguiremos chegar à paz", disse. Já o deputado Sérgio Godinho (PTB) lembrou que o dia 16 de dezembro, data em que nasceu Madre Paulina, é o Dia Estadual da Paz. "Acreditamos na paz e na solidariedade entre os povos, e como parlamentares precisamos legislar para atingir esse objetivo", disse. (TK)



Dom Murilo na tribuna do Plenário

História

A Campanha da Fraternidade surgiu em Natal, no Rio Grande do Norte, em 1962, e no ano seguinte passou a ser nacional. Ela é desenvolvida durante o período da Quaresma e tem como objetivos principais despertar o espírito comunitário e cristão nas pessoas em busca do bem-comum e renovar a consciência da responsabilidade de todos na busca de uma sociedade justa e solidária, através da ação da Igreja.

A campanha deste ano iniciou no dia 9 de fevereiro e terminará em 24 de março. Porém, o tema vai nortear as atividades religiosas no Brasil durante todo o ano. (MAP)



União da fé

Esta é a segunda vez que a Campanha da Fraternidade é organizada pelo Conic (Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil). A primeira foi em 2000. A intenção da CNBB é que a campanha ecumênica seja realizada a cada cinco anos. "A campanha deste ano une todas as igrejas porque o tema paz diz respeito a toda a humanidade", disse dom Murilo Krieger durante o lançamento da campanha na Sala de Imprensa da Assembléia Legislativa. "Ou nos unimos, ou ninguém vai ter paz", completou.

Representantes de várias outras igrejas cristãs e entidades estiveram presentes ao evento. O pastor da Igreja Metodista, Clory Trindade de Oliveira, destacou o ecumenismo da campanha. "As religiões são bastante responsáveis por vários conflitos que estão se desenvolvendo no mundo. Temos que investir na harmonia das igrejas", disse.

A integrante do Cadeir (Comissão Arquidiocesana para o Diálogo Ecumênico e Inter-religioso), Rose Salete de Paula, garantiu que a identidade de cada igreja participante será respeitada. "Cada uma vai

desenvolver as ações do seu modo."

O representante da LBV (Legião da Boa Vontade), Sérgio Morello, falou que a entidade apoia a Campanha da Fraternidade porque sempre acreditou no ecumenismo e incentivou a paz. "Nós atendemos crianças na LBV que trazem os traços da violência e tentamos mudar isso."

Dados apresentados por Dom Murilo Krieger podem ser comprovados diariamente, pois enchem páginas de jornais e tomam a maior parte do tempo dos telejornais. Dados divulgados no texto-base da Campanha mostram que, de 1993 a 2002, o número de jovens de 15 a 24 anos que são assassinados cresceu em 88,6%, por exemplo. O texto também lembra que a taxa de homicídios do Brasil foi a quinta maior do mundo em 2002: 54,5 assassinados por 100 mil jovens. Para o arcebispo, a melhor forma de combater a violência é praticando a paz em pequenas oportunidades. "Não temos o poder, como tem o presidente dos Estados Unidos, de começar ou terminar uma guerra. Mas podemos começar a praticar a paz em casa, na família", exemplificou. (MAP)